

Gestão sustentável na indústria de petróleo e gás

Em outubro, o Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP) promoveu a quarta edição do Seminário Anual de Responsabilidade Social Corporativa, com o tema desenvolvimento sustentável e a indústria brasileira de petróleo e gás na era do pré-sal.

por **Maria Fernanda Romero**

A integração dos relatórios e a ISO 26000, como novos parâmetros de gestão de responsabilidade social da indústria, foi um dos grandes temas debatidos no evento anual do IBP, que chega à sua quarta edição consecutiva com a certeza de ter atingido seu objetivo inicial de disseminar os conceitos e práticas de responsabilidade social no âmbito da indústria de petróleo e gás.

Esse é o balanço do coordenador de responsabilidade social do IBP, Carlos Victal, revelando que nesse sentido diversas ações foram realizadas, como os indicadores setoriais e as apresentações institucionais para o público das Comissões técnicas do IBP. "O seminário e o curso sobre gestão da responsabilidade social continuarão existindo para dar suporte aos segmentos da cadeia de valor que estão surgindo agora com a nova era do pré-sal, e que certamente precisarão desenvolver seus próprios movimentos de responsabilidade social."

Victal revela ainda que o tema do seminário deste ano marca um novo momento da comissão de responsabilidade social corporativa do IBP, após o excelente trabalho de disseminação de conceitos e práticas. "Chegou a hora de galgar novos desafios, dentre os quais a disseminação da ISO 26000, norma



internacional de gestão da responsabilidade social, que será publicada no final desse ano; a ampliação da participação do setor na elaboração dos relatórios de sustentabilidade; e a contribuição na construção dos indicadores setoriais do Global Reporting Initiative (GRI)."

Durante a cerimônia de abertura do encontro, o secretário executivo do IBP, Álvaro Teixeira, revelou que o 'grande sonho' do IBP é realizar um balanço social do setor de petróleo e gás, e reiterou o desejo da instituição em aumentar o número de empresas do setor envolvidas na responsabilidade socioambiental e na utilização das normas GRI.

Teixeira indicou ainda que a entidade está estudando a promoção de um prêmio de sustentabilidade. O executivo não forneceu mais in-

formações e afirmou: "Talvez, ele [o prêmio] seja lançado no nosso próximo seminário."

ISO 26000

Depois de cinco anos de debates com representantes de toda a sociedade, será lançado em novembro a ISO 26000, norma internacional de responsabilidade social. No encontro do IBP, a coordenadora do relatório de sustentabilidade da Petrobras e representante da indústria na delegação brasileira na ISO 26000, Ana Paula Grether, apresentou toda a estrutura da norma que pretende promover terminologia comum na área de responsabilidade social, ser consistente e não estar em conflitos com tratados e convenções internacionais já ratificadas mediante outras normas da ISO.

"A ISO 26000 é uma norma de orientação, que visa guiar empresas e organizações sobre os conceitos, temas, terminologias, questões e práticas ligadas à responsabilidade social", explica Grether.

De acordo com ela, os principais temas da norma para a indústria incluem a discussão sobre esfera de influência das organizações, engajamento com stakeholders e responsabilidade sobre a atuação de fornecedores e parceiros. "A norma é um padrão internacional de diretrizes de responsabilidade social, que terá caráter de adesão voluntária e não se constituirá em sistema de gestão ou padrão normativo certificável", complementa.

A ISO 26000 aborda os princípios e temas centrais de responsabilidade social e orienta como as organizações devem integrá-los em sua atuação, considerando os impactos econômicos, sociais e ambientais de suas atividades, diretos ou indiretos. A norma também relaciona os temas da responsabilidade social que devem ser considerados na esfera de influência e na cadeia de valor da organização, incluindo, por exemplo, seus fornecedores, parceiros comerciais, distribuidores e clientes.

Desde 2006 a Petrobras, em parceria com a ABNT e a delegação brasileira, já realizou 14 seminários no país para debater o processo de construção da norma com a sociedade brasileira. Agora, após a conclusão do documento, fará outra série de eventos para discutir e incentivar a implantação da norma pelas empresas brasileiras.

"A delegação brasileira foi muito participativa no processo de construção da ISO 26000, levando para a discussão internacional o consenso formatado no Brasil, que mostra o interesse e o crescimento do país de forma inclusiva. Agora que a norma foi aprovada, o nosso foco é incentivar a implantação da norma no país", afirma Ana Paula.

Ao todo, a norma contempla sete temas: direitos humanos, práticas de trabalho, meio ambiente, gover-

nança organizacional, práticas leais de operação, questão dos consumidores, envolvimento comunitário e desenvolvimento e tem um capítulo específico de orientação sobre como integrar responsabilidade social na organização.

Integração de relatórios

Integrar os relatórios de sustentabilidade com os relatórios anuais de resultados até o ano de 2020 é o desafio lançado ao mundo corporativo este ano pelo GRI (Global Reporting Initiative), entidade responsável pelo principal padrão de indicadores de sustentabilidade nas organizações. O mote foi lembrado por Glaucia Terreo, coordenadora das atividades GRI no Brasil, durante o seminário do IBP.

Terreo diz que mais do que integrar relatórios, a proposta do GRI quer conquistar o mercado financeiro, ambiente em que ainda é tratada, na maioria das vezes, como assunto secundário. "Além da meta da integração dos relatórios financeiros com os relatórios de sustentabilidade até 2010, esperamos que até 2015, todas as empresas da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e em crescimento acelerado estejam relatando seu desempenho ambiental, social e de governança (do inglês environmental, social and governance – ESG)", explica a coordenadora do GRI.

Ao destacar o efetivo papel dos relatórios de sustentabilidade, a executiva conta que o erro mais observado nos relatórios é o fato de as empresas irem direto aos indicadores e não desenvolverem os princípios, dentre eles o de identificação dos seus impactos socioambientais. Para a indústria de petróleo e gás, Terreo sugeriu a criação de uma associação de responsabilidade social do setor.

Indicadores GRI para óleo e gás

Durante o debate sobre as orientações e práticas de responsabilidade social empresarial, Alyne Castro, da

Petrobras, lembrou do lançamento dos indicadores setoriais da GRI, desenvolvido para ser aplicado de forma complementar e atender as necessidades das empresas nos seus dilemas e peculiaridades específicos e nas diversas etapas de sua gestão. "Eles servem para complementar os outros indicadores e garantir que as empresas retratem e identifiquem melhor seus impactos. Em suma, facilita o relato e melhora a qualidade dessa prestação de contas", complementa Castro, que enfatizou a importância do processo de discussão e consenso com múltiplos stakeholders.

Para o setor de óleo e gás, Castro comentou que os indicadores terão novos controles, procedimentos e organização das informações. Para ela, exigirão mais transparência, maior senso crítico dos stakeholders e maior disposição ao diálogo. "A previsão de lançamento da integração desses indicadores é o segundo semestre de 2011", afirma.

Castro apontou, ainda, que os 15 novos indicadores para o setor serão: volume de reservas provadas; P&D energia renovável; capacidade instalada energia renovável; volume de água formada/produzida; operações com análise de riscos de biodiversidade; volume de gás ventilado (flared and vented); quantidade de lama de perfuração e cascalho; conteúdo de enxofre e benzeno no diesel e gasolina; comunidades indígenas próximas às operações; número de disputas sobre uso de território, direitos e patrimônio cultural de comunidades locais e indígenas; reassentamento e descomissionamento de operações; segurança e integridade dos ativos; operações que sofreram análise de riscos sobre a saúde e biocombustíveis produzidos, comprados e vendidos.

De acordo com Castro, as empresas vão ter que se adaptar e se organizar para detalharem mais seus relatórios. "Esperamos que as empresas sejam mais realistas e menos idealistas em seus relatórios", finaliza a executiva. ■